



COOPERAÇÃO E CONFLITO NO PENSAMENTO GEOPOLÍTICO DE SEGUNDO ROSA STORNI (1876-1954): NOTAS SOBRE UMA AMBIGUIDADE FUNDANTE

Marcos Antônio Fávaro Martins ¹

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de delimitar e analisar uma importante ambiguidade no pensamento do geopolítico argentino Segundo Rosa Storni (1876-1954): trata-se do dilema entre o conflito ou a cooperação com o Brasil e o Chile. Ao publicar o livro *“Intereses argentinos em el mar”* em 1916 o autor não teve um posicionamento suficientemente claro sobre o caráter das relações que a Argentina deveria desenvolver com os seus vizinhos, anunciando em alguns trechos a possibilidade de cooperação, enquanto que, em outros trechos, o autor defende o armamentismo e a postura dissuasiva em relação ao Brasil e ao Chile. Se sustentando sobre os conceitos gramscianos de “hegemonia”, “concepção de mundo” e “partido político” a pesquisa enquadra a *“Armada de la República Argentina”* (ARA) como um partido político e Storni como seu intelectual, formulador de uma visão de mundo de pretensões hegemônicas. Ao analisar o contexto histórico que o autor escreveu sua obra, o trabalho aventa que as transformações sociais do período imprimiram às ideias de Storni um caráter dúbio no que toca a política de defesa.

Palavras-chave: Concepção Geopolítica; Poder Marítimo; Argentina, Segundo Rosa Storni; Política de defesa.

¹ Docente do curso de Relações Internacionais da Universidade Paulista (UNIP) - SP, marcosfavaros84@gmail.com.



RESUMEN

El presente trabajo tiene el objetivo de delimitar y de analizar una importante ambigüedad en el pensamiento del geopolítico argentino Segundo Rosa Storni (1876-1954): tratase del dilema entre el conflicto o la cooperación con Brasil y Chile. Al publicar el libro “*Intereses argentinos en el mar*”, en 1916, el autor no tuvo un posicionamiento suficientemente claro acerca del carácter de las relaciones que la Argentina debería desarrollar con sus vecinos, anunciando en algunos extractos la posibilidad de cooperación, mientras que, en otros, el autor defiende el armamentismo y la postura disuasiva en relación al Brasil y a Chile. Sosteniéndose sobre los conceptos gramscianos de “hegemonía”, “concepción de mundo” y “partido político”, la investigación clasifica a la “*Armada de la República Argentina*” (ARA) como un partido político, a la vez en que clasifica a Storni como su intelectual y como formulador de una visión de mundo de pretensiones hegemónicas. Al analizar el contexto histórico en el que el autor escribió su obra, el presente trabajo sugiere que las transformaciones sociales del período imprimieron a las ideas de Storni un carácter ambiguo en lo que se refiere a la política de defensa.

Palabras clave: Concepción Geopolítica; Poder Marítimo; Argentina, Segundo Rosa Storni; Política de defensa.

INTRODUÇÃO

O objetivo do presente trabalho é delimitar e analisar uma ambigüidade central no pensamento do geopolítico argentino Segundo Rosa Storni: que é o dilema entre a cooperação ou o conflito da Argentina com o Brasil e o Chile. Como é relativamente comum nas formulações de caráter geopolítico, a concepção storniana da “*Argentina Insular*” possui ambigüidades, e uma delas é a que diz respeito a política de defesa. Nesse particular, o discurso do autor oscila entre uma política de defesa que enquadra Brasil e Chile como inimigos potenciais da Argentina, política essa inspirada no conceito do *Two Powers Standard* britânico, e um vislumbre discreto quanto à possibilidade de cooperação entre os Estados do Cone Sul, onde o setor naval deveria ser a chave para uma política de cooperação entre os Estados do Cone Sul.



Tal ambiguidade ganhou em importância com o tempo, uma vez que ela derivou duas interpretações opostas da concepção original: na década de 1970, a dimensão militarista de suas ideias influenciou a ditadura militar argentina (1976-1983) em sua política hostil no entorno estratégico (CHILD, 1985); na primeira década do século XXI o governo dos Kirchners retomam Storni, lançando a última edição do livro de Storni “*Intereses argentinos em el mar*” em 2009. A nova edição do livro contou com o prefácio de Nilda Garré (2009), então ministra da defesa.

No prefácio do novo livro, Garré colocou Storni como um teórico da integração da América Latina, visão esta que nos parece arbitrária, mas que deve ser analisada.

Na discussão de nossos resultados, o leitor encontrará uma explanação sobre a concepção geopolítica de Storni dentro de seu contexto histórico. Este tópico estará dividido em quatro seções: a primeira descreve a concepção geopolítica da “Argentina insular”, a segunda analisa o contexto histórico que o autor escreveu sua obra, a terceira analisa suas ideias militares e a quarta parte as suas ideias integracionistas.

METODOLOGIA

O presente trabalho é o resultado parcial de uma pesquisa bibliográfica e documental ainda em andamento. Ao delimitar a ambiguidade do pensamento storniano em termos de política de defesa nós cumpriremos uma etapa importante da nossa pesquisa, que discute as diferentes interpretações feitas da concepção da “Argentina Insular” pela ditadura instaurada no país em 1976 e pelo Kirchners (2003-2015), que publicou a obra de Storni em 2009.

Para a confecção do presente trabalho, foram usadas duas edições do livro *Intereses Argentinos en el Mar* – a de 1967 e a de 2009. Isso foi feito porque a edição de 1967 não foi alterada em seu conteúdo, enquanto a edição de 2009 teve importantes trechos retirados, em uma situação que pode ser caracterizada como de abuso editorial. Tal feito, tem significado político, uma vez que foram retirados os trechos que Storni se posiciona sobre a questão da ocupação britânica das ilhas Malvinas. Nesse sentido, o prefácio escrito por Nilda Garré, então ministra da defesa de Cristina Kirchner constitui um documento importante e foi por nós enquadrada como uma fonte primária.



REFERENCIAL TEÓRICO

A noção organizadora do trabalho é aquela de “Concepção geopolítica” que é a forma que as elites políticas concebem a configuração e os objetivos territoriais de seu Estado. Tal noção é uma derivação do conceito de Gramsci de “Concepção de mundo” (*Weltanschauungen*) que é o conjunto de valores formulados pelos intelectuais à serviço das elites dominantes como elementos de representação e organização da realidade. Para Gramsci, é da natureza das elites políticas difundir a sua concepção de mundo para as classes subalternas, objetivando o domínio das mesmas por meio do controle das ideias e dos valores. Se essa difusão chegou a um estado pleno a ponto das massas estarem completamente permeadas pelos valores de suas elites, então tem-se a partir daí o fenômeno da *hegemonia* (GRAMSCI, 1984).

Tal entendimento serve para o objeto em questão, uma vez que Storni pensou em sua concepção geopolítica como um elemento de organização da sociedade argentina, defendendo que tal concepção deveria ser conteúdo da educação básica nas escolas argentinas.

Segundo Alberto Ciria (1975) a sociedade argentina da época de Storni era uma sociedade fragmentada, na qual a ideologia política se mesclava e se confundia com interesses corporativos de diferentes instituições, fato que foi responsável por sérios danos ao sistema político nacional, promovendo uma sequência de ditaduras relativamente curtas e extremamente violentas a partir das décadas de 1930. Assim, instituições como o Exército, a Igreja Católica, o Partido Comunista e a Marinha de Guerra atuavam como forças políticas autônomas, arregimentando frações da sociedade em torno de suas convicções políticas e rivalizando com partidos formalizados como a “*Unión Civica Radical*” e, mais tarde, o “*Partido justicialista*”. Tal quadro se acentuou no segundo pós guerra com a fragmentação de grupos tradicionais como o exército e o próprio radicalismo (SIRKIS, 1982).

Em trabalho anterior (FÁVARO MARTINS, 2016) nós apontamos que boa parte dos grupos políticos da Argentina do entreguerras possuíam concepções geopolíticas próprias, a maioria delas de caráter continental.



O conceito de “*partido político*”, segundo as definições de Antônio Gramsci (1891-1937), é especialmente valioso para a compreensão do pensamento storniano. Dizemos isso porque o pensamento geopolítico compõe uma episteme altamente pragmática, cuja primeira preocupação é se converter em um projeto político.

Gramsci define partido político como todo grupo político, não necessariamente institucionalizado, que vai lutar pelo domínio do aparelho estatal e pela universalização de suas ideias dentro da sociedade (GRAMSCI, 1984, p.06). Para chegar a este patamar de dominância (que é a hegemonia) os partidos políticos formulam construções teóricas destinadas a organizar a sociedade.

Em Gramsci (1984, p.26), temos a descrição dos três elementos que compõe o partido político, como sintetizamos a seguir:

1. Um elemento difuso, de homens comuns, médios, cuja participação é oferecida pela disciplina e pela fidelidade, não pelo espírito criador e altamente organizativo (...) Eles constituem uma força na medida em que existe algo que os centraliza, organiza e disciplina; mas na ausência dessa força eles se dispersariam e anulariam numa poeira impotente (...).
2. O elemento de coesão principal, que centraliza no campo nacional, que torna eficiente e poderoso um conjunto de forças que, abandonadas a si mesmas, representariam zero ou pouco mais; este elemento é dotado de uma força altamente coesiva, centralizadora e disciplinadora e, também, talvez por isso, inventiva. (...)
3. Um elemento médio, que articule o primeiro com o segundo elemento, colocando-os em contato não só com o “físico”, mas moral e intelectual.

O conceito de *partido político* é adequado no nosso entender, primeiro porque a Argentina estava dividida em grupos políticos organizados e, em segundo lugar, esses grupos possuíam *intelectuais* que formulavam concepções teóricas para a organização territorial do Estado.

Segundo os elementos apresentados na citação acima, pode-se apontar e discutir obras da Geopolítica argentina que, pelo seu pioneirismo ou pela sua difusão deram origem a uma escola teórica como também rerepresentou o elemento intelectual de grupos políticos com pretensões hegemônicas, naturalmente, a concepção storniana é uma delas².

² A produção geopolítica argentina é rica e de difícil mapeamento e discussão. Diferente do Brasil, onde a Geopolítica de século XX esteve prioritariamente vinculada ao círculo militar, na Argentina essa produção se deu de maneira fragmentada, quase caótica. Sobre a diversidade do pensamento geopolítico argentino, nós recomendamos a tese de mestrado da professora Norma Breda dos Santos, “*Funções das teorias geopolíticas: algumas reflexões críticas sobre o caso argentino*” (1985).



Transpondo a citação de Gramsci para o nosso objeto de estudo teríamos o seguinte cenário:

1. A sociedade argentina seria o “*elemento difuso, de homens comuns*” de quem nos fala Gramsci. Tal sociedade seria arregimentada e organizada principalmente pela educação pública. É importante observar que a Argentina do período era o segundo país do mundo que mais recebia imigrantes, imigrantes estes que precisavam ser incorporados à população nacional, daí o grande valor que se dava para a instrução pública como política de Estado;
2. “*O elemento de coesão principal*” as instituições, que no caso é a ARA e cuja *Weltanschauungen* foi formulada por Segundo Rosa Storni na forma da concepção geopolítica da “Argentina Insular”;
3. Os elementos médios são o oficialato da ARA, os políticos, cientistas e burocratas ligados ao setor naval que cuidaram do aprimoramento e da difusão da concepção geopolítica marítima;

Assim, ao propor a transformação da sociedade em uma talassocracia (ou seja, uma sociedade marítima), Storni entendeu que tal proposta exigia a participação de outros grupos da sociedade que não fossem a ARA, como é o caso da escola pública, da universidade, do poder legislativo e dos ministérios. Isso torna a ARA uma instituição com um projeto para o país que só pode triunfar a partir do convencimento de outros grupos que também disputam o poder e que tem na obra de Storni uma ferramenta de universalização de ideias.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a consecução do nosso objetivo, é necessário apresentar ao leitor as linhas gerais do pensamento storniano bem como o contexto no qual ele está inserido. Assim sendo o presente tópico está dividido em quatro subseções: as duas primeiras tratam da apresentação da concepção storniana e no contexto histórico que ela esteve inserida; a terceira e quarta seções exploram, respectivamente, as ideias militaristas e integracionistas embutidas na concepção em tela.



I. *As ideias de Storni: a concepção geopolítica da “Argentina insular”*

Do ponto de vista da construção da concepção geopolítica, o autor vai ser influenciado pelas ideias de Friedrich Ratzel e, principalmente de Alfred Mahan (STORNI, 1967). Storni, assim como Mahan (MAHAN, 2007), concebe que o domínio dos mares é um pré-requisito para que um país se torne uma grande potência.

A concepção geopolítica storniana faz uso da projeção cartográfica descontinuada de *Beythien*, onde o mundo foi representado em dois hemisférios: o hemisfério continental (formado por Europa, África e Ásia) e o hemisfério insular (formado pela Oceania). Nessa representação particular do mundo, as Américas apareciam como uma espécie de linha de demarcação, ficando o Atlântico como elo vital de comunicações para o centro do sistema, que era o continente europeu (*figura 1*). Assim, a Argentina apareceria, do ponto de vista estratégico, como um bastião de defesa das comunicações entre o Atlântico Sul e o Pacífico Sul. Do ponto de vista econômico a Argentina era fornecedora de víveres para a Europa, o que vinculava o país mais a Europa do que às Américas e colocava o domínio do Atlântico Sul como ponto de sobrevivência (*figura 2*).

Dessa concepção, Storni derivou um projeto de organização territorial e de reforma social, ao entender que toda a sociedade argentina deveria se dedicar à manutenção do poder marítimo nacional. As ideias militares eram em larga medida amparadas por ideias sociais mais amplas, que envolviam transformação econômica, a colonização da Patagônia e até um projeto educacional. Neste trabalho trataremos apenas de suas ideias militares, especialmente em sua ambiguidade em relação à integração da América Latina.

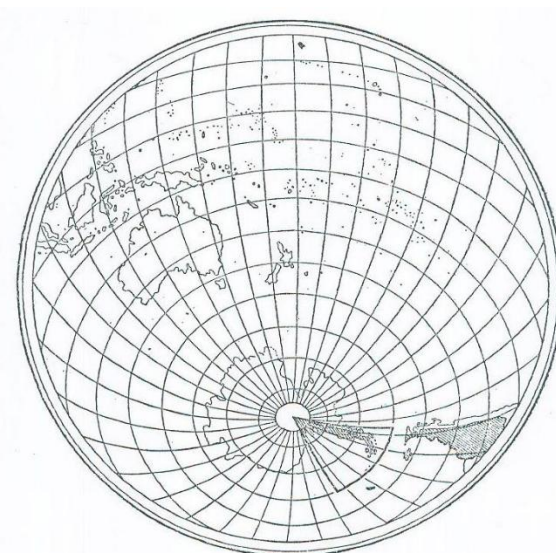
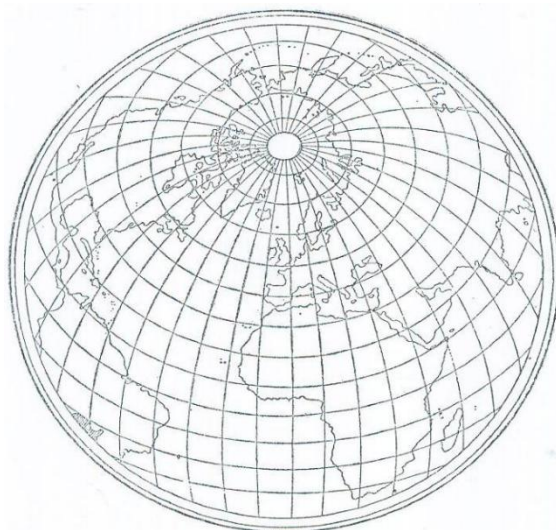


FIGURA 1: POSIÇÃO DA ARGENTINA DENTRO DE UMA CONCEPÇÃO DE MUNDO BI-HEMISFÉRICA

Fonte: STORNI, Segundo Rosa. *Intereses argentinos em el mar*. 3ª ed. Buenos Aires: instituto de publicaciones navales, 1967, pp. 27-28.

Storni encontrou na projeção de Beythien a melhor representação para a sua cosmovisão: O planisfério representa, em sua primeira seção o “*Hemisfério Continental*” (Eurásia e África); na segunda seção está representado o “*Hemisfério Insular*” (Oceania). Por essa perspectiva, as Américas formam um eixo de divisão dos dois hemisférios, onde a Argentina e o Chile aparecem como guardiões da passagem do Atlântico para o Pacífico..

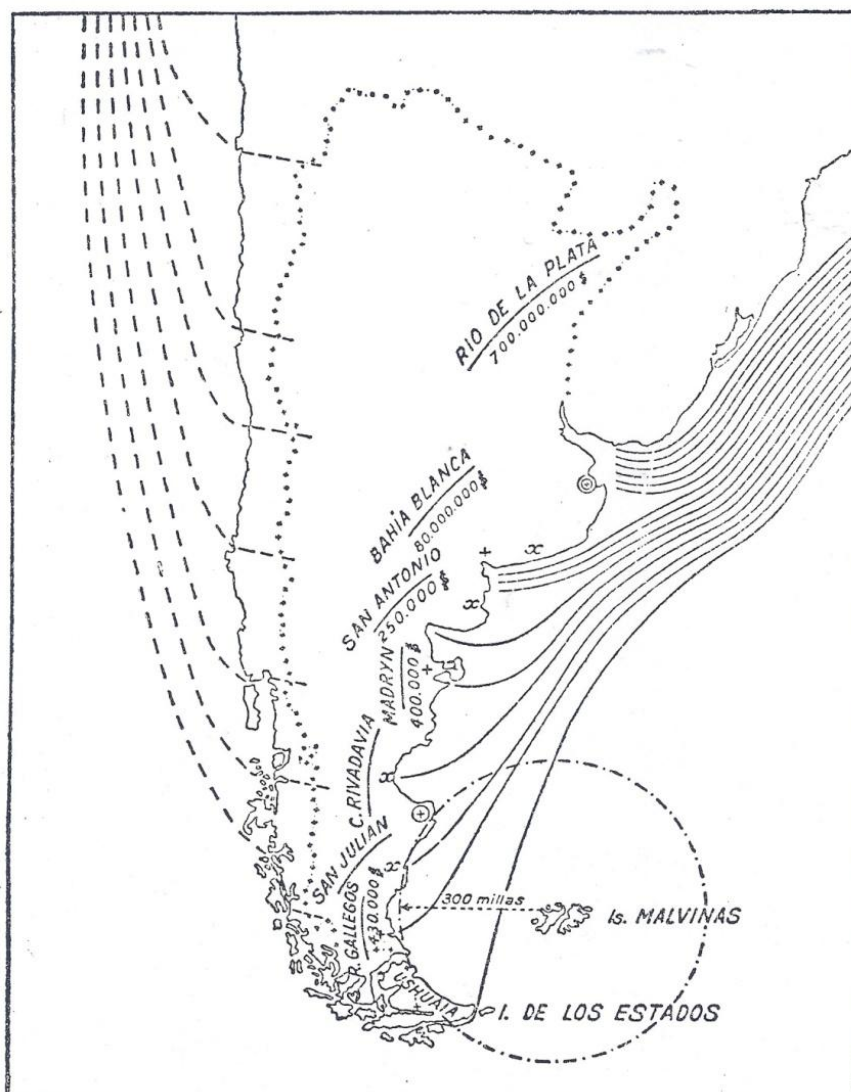


FIGURA 2: A ARGENTINA NO CONTEXTO REGIONAL: A IMPORTÂNCIA DAS LINHAS DE COMUNICAÇÃO MARÍTIMA

Fonte: STORNI, Segundo Rosa. *Intereses argentinos en el mar*. 3ª ed. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales, 1967, p.35.

O mapa representa a concepção da “Argentina insular”. Em destaque temos o projeto de colonização da Patagônia por meio da fundação de “Capitais portuárias”, que são cidades que deveriam ser fundadas na foz de cada rio navegável da Patagônia, que escoariam via navegação de água doce as riquezas produzidas no interior de cada bacia hidrográfica. Tal projeto dava protagonismo para a navegação de cabotagem e excluía as ferrovias do projeto de colonização. No plano da defesa nacional, tem destaque as linhas de comunicação marítima (LCM), que passam pelo território brasileiro, onde são ameaçadas pela esquadra baseada no Rio de Janeiro. A opção de saída pelo Pacífico é obstruída não apenas pelas difíceis condições de navegação dos canais do sul, mas também pela influência militar que a esquadra Chilena tem no Pacífico Sul. Essa disposição faz o autor ter uma consciência de cerco estratégico, que matizam seu pensamento militar. No mapa também se observa a influência da presença militar britânica nas Malvinas: apesar de considerar a projeção naval britânica para a Patagônia, Storni em momento nenhum reivindica a posse das ilhas para o Estado Argentino.



É importante dizer que, diferente dos autores nacionalistas da década de 1930³ (IRAZUSTA e IRAZUSTA, 1934), Storni não contesta a supremacia britânica nos mares e não concebia a Argentina como uma potência mundial: a Argentina deveria consolidar sua posição regional por meio da projeção marítima, em um esforço que combinava o aprimoramento da marinha de guerra, a construção e desenvolvimento de uma marinha mercante, a colonização da Patagônia e a dissuasão do Brasil e do Chile no cenário estratégico.

II. *O contexto das ideias*

Na transição do século XIX para o XX a Argentina possuía relações especiais com a Grã-Bretanha. Por ser o principal cliente das mercadorias primárias da Argentina e por ser a potência dominante desde o começo do século XIX, a Grã-Bretanha possuía forte influência ideológica sobre a Argentina. No contexto nacional argentino, a marinha de guerra era o grupo que melhor incorporava os valores liberais britânicos, dada a importância da *Royal Navy* para a doutrina militar que a ARA adotava (CIRIA, 1975).

Assim sendo, o pensamento geopolítico de Storni vai ser influenciado pelo liberalismo inglês de século XIX (GUGLIALMELLI, 1978) e pelo navalismo britânico, grande influenciador das suas ideias propriamente militares.

O ano de 1916, ano que Storni lançou ao público a sua concepção geopolítica, marca uma sequência de transições da vida política argentina. Do ponto de vista doméstico, acontece as primeiras eleições de sufrágio universal, onde foi vitorioso para o executivo federal Hipólito Yrigoyen (1852-1933), da União Cívica Radical (UCR), primeiro partido de massas a chegar ao poder na Argentina. A ascensão da UCR reverberou em profundas transformações da política nacional, na medida que as massas passaram a ter maior participação política e o país passou a caminhar para transformações sociais profundas passando, pouco a pouco a ser uma sociedade urbana e industrial (CIRIA, 1975).

³ Uma das marcas daquilo que se convencionou chamar de “Nacionalismo argentino” foi o sentimento anti-britânico. Neste particular, tem destaque a obra dos irmãos Rodolfo e Julio Irazusta que junto com outros intelectuais, como Leopoldo Lugones (1874-1938) deram corpo ao pensamento nacionalista de direita. Sobre isso, nós recomendamos as pesquisas de José Luis Bendicho Beired “*Sob o signo da nova ordem. Intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945)*” de 1999 e, principalmente, o artigo “*A grande Argentina*”: um sonho nacionalista para construção de uma potência na América Latina” (2001).



A ascensão da UCR também acarretou em profunda desestabilização da política, com o movimento conspiratório das oligarquias, a intrusão de novas ideologias no cenário político e a maior ocorrência de movimentos de ruas promovidas pelas massas, movimentos esses que eram, muitas vezes, violentos (SIRKIS, 1982; CIRIA, 1975). A Argentina passaria por uma fase de golpes de Estado que duraria até a década de 1980 e, a partir da década de 1960, a economia nacional começaria a conhecer a decadência, até o país deixou de ser o mais rico da América Latina.

Essa sequência de razões, somada ao fato da concepção da “Argentina insular” possuir concorrentes de natureza continental⁴, deu às ideias de Storni um alcance modesto, ainda que a delimitação do mar territorial argentino (território compreendido pela plataforma continental) permaneceu como um legado de sua obra para o Estado. Nesse sentido a Argentina foi um dos primeiros países a reivindicar seus limites marítimos e a promover essa discussão na sociedade internacional (ARGENTINA, SD).

Do ponto de vista internacional, deve-se dizer que a comunidade latino-americana de Estados passava por transformações, principalmente no Cone Sul. A transição do século XIX para o século XX foi marcada por rivalidade acirrada, herança das contradições do processo de formação de Estados, que só havia se consolidado na segunda metade do século XIX. Tal rivalidade tinha na corrida armamentista seu principal signo, corrida esta que endividava os Estados e que duraria até a segunda metade do século XX.

Contudo, já na primeira década do século XX, havia uma comunidade de políticos e diplomatas que trabalhavam pela paz, em um movimento pouco próspero, mas que contribuiu para a estabilização da tensão internacional na região a longo prazo.

Nesse sentido, em 1902 foi firmado “Os pactos de maio” entre a Argentina e o Chile, que estabelecia o processo de redução de armamentos pelo método de paridade. Tal acordo não foi aprovado pelo poder legislativo chileno e definhou. Em 1915 em consequência da intervenção militar dos EUA no México (BANDEIRA, 2003),

⁴ Em pesquisa anterior (FÁVARO MARTINS, 2016), nós diagnosticamos que, na primeira metade do século XX, coexistiam na Argentina a concepção insular storniana e a concepção continental que, de natureza expansionista, almejava a construção de uma “*Grande Argentina*” em um projeto de restauração da estrutura territorial do Vice-reinado do Rio da Prata. A concepção continental era muito mais difundida e permeava vários grupos, tanto da direita como da esquerda. Já citamos, em nota anterior, os intelectuais de direita, onde tiveram protagonismo os irmãos Irazusta e Leopoldo Lugones. Muito melhor sistematizado que estes eram as concepções da UCR, onde se destaca o diplomata Horacio Carrillo (1876-1954) e Arturo Jauretche (1901-1974).



Argentina, Brasil e Chile firmaram o “Pacto do ABC” (Sigla para Argentina, Brasil e Chile) que estabelecia a não agressão entre os três maiores Estados do Cone Sul e lançava as bases para a cooperação em caso de agressões por parte dos Estados de capitalismo central. Tal pacto foi denunciado por Yrigoyen em 1917 e teve curta duração. Em 1933, por conta das consequências geopolíticas da Guerra do Chaco (1932-1935) Brasil, Argentina e Chile firmaram o “Acordo antibélico” que teve ampla adesão, inclusive por parte de Estados fora da América Latina⁵.

III. *Elementos militaristas do pensamento storniano*

Dada a questão da influência ideológica e militar anglo-saxã, Storni foi solidário, em suas formulações, ao império marítimo britânico. Assim sendo, a questão das Ilhas Malvinas não aparecia em seu discurso como um imperativo para política de defesa argentina, aparecendo tal questão até como secundária, em seu pensamento. Para o autor as boas relações entre Argentina com Império Britânico levariam à devolução pacífica das ilhas (STORNI, 1967). No capítulo que se trata da questão das Malvinas, lemos que:

Para evitar falsas interpretaciones debo manifestar que a mi juicio, la experiencia de un siglo, a partir de 1807, prueba en forma continua la actitud favorable y benevolente del gobierno inglés hacia el pueblo argentino; y que si balanceamos los intereses de orden comercial, podemos ver, con la elocuencia de los números, hasta qué punto está ligada la economía argentina a ese gran foco de cultura y de consumo que se llama el Reino Unido (STORNI, 1967, pp. 43-44)⁶

Dessa forma o autor resume o problema militar nacional como uma equação que deve ser resolvida no Cone Sul: Storni não é um autor expansionista e não busca o choque

⁵ O “*Tratado antibélico de não agressão e conciliação*” teve o objetivo de preservar a paz no Cone Sul (BANDEIRA, 1998). O acordo foi celebrado inicialmente pela Argentina, Brasil e Chile. O novo tratado substituiu a arbitragem do pacto do ABC por um sistema de conciliação permanente. O novo acordo foi aberto para Estados fora do Cone Sul, sendo aderido posteriormente – ainda que com restrições – pela Checoslováquia, Colômbia, Bulgária, Equador, Grécia, Iugoslávia, El Salvador, Finlândia, Honduras, Itália, Noruega, Peru, Romênia, e Turquia (RIO DE JANEIRO, 1933).

⁶ Esse foi um dos trechos retirados pelos editores do Ministério da Defesa na última edição do “*Intereses argentinos em el mar*” (STORNI, 2009, p 41). Fica claro que essa castração do texto original põe em evidência a discordância existente entre a visão do autor e a visão dos governos Kirchners a respeito da disputa territorial com o Reino Unido.



com o Brasil ou com o Chile, mas tem um raciocínio dissuasivo onde a ARA aparece como principal instrumento de poder.

Storni não reivindica mais territórios para a Argentina, e sequer menciona a questão dos territórios Antárticos, questão essa que, na segunda metade do século, vai se mostrar um ponto sensível, nas disputas territoriais com o Brasil, com a Grã-Bretanha e, principalmente, com o Chile.

Tal posição se baseia no princípio do poder marítimo defendido do Mahan, que um Estado não consegue se manter como uma potência marítima se ele possui objetivos territoriais continentais, que o coloque em disputas territoriais permanentes em áreas continentais, como aconteceu com a Holanda nos século XVII e com a França entre os séculos XVII, XVIII e XIX (MAHAN, 2007).

Com base nisso Storni propõe o conceito estratégico baseado no *Two Powers Standard* (STORNI, 1967), conceito esse desenvolvido pela *Royal Navy* na transição dos séculos XIX para o século XX por meio do *Royal Defense Act* de 1889. Baseados em critério quantitativos, o conceito defendia que o número de navios de guerra britânicos deveria ser superior ao número de navios de guerra franceses somados ao número de navios de guerra alemães, fator que promovia a dissuasão de uma hipotética aliança anti-britânica entre França e Alemanha. O que Storni fez foi adaptar o conceito para o cenário do Cone Sul: o número de navios de guerra da ARA deveria ser superior à soma dos navios de guerra chilenos e brasileiros.

Ainda que a ARA nunca tenha crescido em número para atender os critérios do *Two Powers Standard*, ela foi, durante anos, a principal instituição naval latino-americana. Segundo Pablo Lacoste, a ARA chegou a ser, na transição para o século XX, a oitava maior marinha de guerra do mundo, em números absolutos, e a terceira maior, em termos de número de habitantes por vaso de guerra (LACOSTE, 2002, SP).

Tal esforço armamentista condizia com a realidade instável no Cone Sul do começo do século XX, realidade marcada pela corrida armamentista entre os “três grandes” do Cone Sul que eram justamente a Argentina, o Brasil e o Chile (BANDEIRA, 2003).

Storni é, um dos principais teóricos do armamentismo argentino de sua época, ainda que não possa ser classificado como um geopolítico expansionista.



IV. *Storni como pensador da integração da América Latina*

Sempre apresentadas como um símbolo do liberalismo do século XIX (GUGLIAMELLI, 1978; MELLO, 1996) as ideias de Storni foram retomadas pelos governos Kirchners (2003-2015). Assim, em 2009 o livro de Storni ganhou a sua última edição no ano de 2009 e, antes disso, em 2004 o dia do aniversário do Vice-almirante (16 de julho) foi celebrado como data comemorativa nacional, o “*Día de los Intereses Argentinos en el Mar*”.

No prefácio da edição de 2009 Garré aponta Storni como ideólogo da integração latino-americana o que deve ser relativizado, não apenas por conta de suas ideias militares já apresentadas, mas também pelo forte europeísmo de seu pensamento. Para o autor, as forças de sustentação da sociedade argentina estariam no comércio de ultramar com a Europa e dos vínculos culturais que o povo argentino tem com o velho continente, o que começou pela colonização hispânica.

Ao apontar Storni como um defensor da integração da América do Sul, Garré comete um exagero e um erro metodológico de dissociar o autor de seu contexto social, uma vez que a Argentina se põe, desde de os primeiros anos de sua formação como um projeto europeísta (PUIG, 1975). Tal europeísmo, muitas vezes reverberou em uma política de isolamento das grandes questões do hemisfério ocidental, quando não de rivalidade com grandes países americanos como o Brasil e mesmo os EUA (PUIG, 1975). Tal valor está implícito no pensamento do autor, e vez ou outra se manifesta com o desinteresse que o mesmo tem pelos seus vizinhos, como se confere no trecho: “¿Qué tenemos a nuestro alrededor? El mar, o países con los cuales nos *conviene hermanar esfuerzos, pero de los cuales poco podremos recibir*. Así, señores, puede afirmarse que *la Argentina lo espera todo por la vía marítima*.” (STORNI, 1967, p.29 – destaque nosso)

Contudo, existem trechos do discurso de Storni que defendem a cooperação entre os Estados da América Latina no setor naval. Tais trechos (STORNI, 1967, pp.107-108) se baseiam em três fatores que são confessados pelo autor em sua redação, e que nós descreveremos de forma tópica:

- O primeiro deles reside na vulnerabilidade estratégica de não ter uma marinha mercante e na incapacidade argentina de construir uma marinha mercante própria.



Esse seria um fator que tornaria recomendável a cooperação entre Estados Latino-americanos que se aglutinariam em torno do setor da construção naval;

- O segundo fator diz respeito ao contexto de violência internacional que Storni escreveu seu livro. *“Intereses argentinos em el mar”* foi escrito em 1916, ou seja, durante Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Vale lembrar que as primeiras batalhas navais da Primeira Guerra ocorreram nas costas da América do Sul (A *“Batalha de Coronel”*, nas costas do Chile, no dia 1 de novembro de 1914; e a *“Batalha das Malvinas”*, no dia 8 de dezembro de 1914). Tais incidentes mostraram ao autor a vulnerabilidade das costas sul-americanas no contexto de crise mundial, o que tornava a cooperação entre os Estados latino-americanos recomendável. Da mesma forma a celebração do Pacto do ABC, já citado anteriormente, demonstra a consciência de setores da elite política em relação à ameaça potencial de intervenções militares das grandes potências, consciência que já havia se manifestado com a atuação de Luis María Drago (1859-1921) em 1902, por ocasião do bloqueio naval de Caracas⁷;
- Em terceiro lugar, na primeira metade do século XX, o neocolonialismo ainda existia como um fenômeno internacional, e Storni estava consciente que era mais fácil para a Argentina ser uma vítima do neocolonialismo do que uma nação colonizadora (STORNI, 1967, p.107);

É possível concluir que existe um sentimento americanista no pensamento de Storni, sentimento esse que é amparado por acontecimentos de sua época. Porém, tal sentimento é confuso e rudimentar, além de ser insuficiente para sustentar uma doutrina de integração da América Latina.

⁷ Ficou conhecida como *“Doutrina Drago”* as ações do diplomata Luis María Drago em consequência da intervenção militar na Venezuela, promovida pela Grã Bretanha, Alemanha e Itália em 1902. A intervenção aconteceu por que a Venezuela não conseguiu pagar sua dívida com esses países, de maneira que o bloqueio naval foi uma incursão punitiva de Estados credores. A intervenção promoveu grande comoção na comunidade política em Buenos Aires, uma vez que a Argentina possuía a maior dívida externa da América Latina. Drago, enviou correspondência para o presidente Theodore Roosevelt (1858-1919) solicitando que os EUA fossem leais à declaração de Monroe. O conjunto de reclamações de Drago, condena a intervenção militar em países periféricos por causa de dívida (RAMÍREZ e SANCHEZ, 2010, p.63).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, concluímos que o vice-almirante Storni é um autor ambíguo: ao mesmo tempo que ele enquadra Brasil e Chile como inimigos potenciais da Argentina, ele abre mão do expansionismo territorial e reconhece a importância da cooperação no setor naval dado o contexto mundial violento da segunda década do século XX.

Tal ambiguidade, que nós procuramos delimitar neste trabalho, tem uma importância superlativa, uma vez que dela vão derivar diferentes interpretações do pensamento storniano, seja pela interpretação militarista e expansionista da ditadura militar instaurada em 1976, seja pela interpretação integracionista, feita pelos governos dos Kirchners, na primeira década do século XXI.

Ao enquadrar as ideias do autor dentro do seu contexto histórico, conseguimos diagnosticar a influência de tal contexto sobre o seu trabalho. Nesse sentido o contexto internacional é pleno de significado.

Storni vive em uma América do Sul ainda impactada pelos rancores do processo de formação de Estado, que se materializava em uma rede de intrigas internacionais do qual o seu país era o pivô. Ao sustentar reivindicações em territórios do Brasil e do Chile, Estados que tinham condições territoriais de obstruir as comunicações marítimas argentinas, as autoridades de Buenos Aires não poderiam ignorar as implicações militares de sua política externa, o que tornava obrigatório o armamentismo.

Nesse sentido, a ARA possuía importância fundamental, primeiro por que as armas navais era o maior signo de poder entre os Estados da época e, em segundo lugar, por que as características territoriais dos Estados da América do Sul⁸ tornavam recomendáveis a guerra naval. Esses são fatores do contexto que dão sustento ao pensamento militar do autor.

⁸ Nos referimos a dois aspectos: a insuficiência da infraestrutura viária limita a guerra terrestre, que é conduzida com um menor teor de mecanização e com alta dependência dos rios navegáveis, como ficou demonstrado na Guerra da Tríplice Aliança (1964-1870) e na Guerra do Pacífico (1879-1883) onde o transporte marítimo e hidroviário foram determinantes. Outro fator territorial que estimulava a guerra naval na região era a extrema dependência das linhas marítimas de comunicação para o sustento econômico da nação. Por serem Estados agroexportadores, a perda de comunicações marítimas seria um golpe muito duro sobre as economias nacionais, o que poderia decidir o resultado da disputa. Obviamente que essas variáveis passaram por um processo de resignificação com a industrialização e com os penosos esforços de integração territorial, mas ainda são dados importantes da geografia militar sul-americana.



Em contrapartida, o próprio cenário internacional faz Storni refletir sobre a possibilidade de cooperação. Em primeiro lugar, o autor não ignora a violência internacional do começo do século e sabia que uma guerra no Cone Sul levaria ao esgotamento econômico e demográfico dos Estados da Região, o que só beneficiaria o imperialismo das grandes potências. Neste particular ele se filia, ainda que indiretamente, aos esforços diplomáticos de estabilização da política interestatal no Cone Sul, que resultariam nos “Pactos de maio” de 1902; no “Pacto ABC” de 1915 e no “Tratado anti-bélico” de 1933.

Outro fator que fez Storni pensar na cooperação interamericana é a complexidade tecnológica e envergadura econômica de sua proposta: o autor estava consciente de que a Argentina sozinha teria poucas condições de atingir a autossuficiência industrial para a construção naval e sabia que a cooperação com Brasil e Chile seria bem vinda para esse feito. Contudo, como já afirmamos, esses elementos não estão suficientemente organizados em seu pensamento e Storni acaba sendo mais fiel ao europeísmo dos liberais argentinos do século XIX do que a possibilidade de cooperação, que só vai se materializar de fato no final do século XX.

Enfim, *cooperação* e *conflito* são duas ideias que permeiam o pensamento de Rosa Storni de maneira confusa, o que se justifica pelo contexto de transição histórica que serviram de berço para a concepção da “*Argentina insular*”. Esse seria um detalhe menor de seu pensamento se o mesmo não reverberassem em escolas interpretativas diferentes que criaram derivações de suas ideias com impacto político profundo. Tais vieses interpretativos serão temas de trabalhos futuros.

No que toca o contexto doméstico, as mudanças são também importantes, uma vez que, nos trinta anos que se seguiram à publicação de “*Intereses Argentinos en el Mar*” a sociedade argentina praticamente se reconfigurou. Contudo, Storni parece ser menos sensível e ainda menos assertivo ao prever essas mudanças, ainda que ele próprio seja um partidário a industrialização. Os rumos que a sociedade argentina tomaram no século XX, tiveram impactos negativos sobre o seu projeto de sociedade. Assim, ao se pôr como um intelectual à serviço dos preceitos liberais que fundaram a república, não entendeu que aqueles eram valores em crise e que aquela era uma época que estava prestes a acabar.



REFERÊNCIAS

ARGENTINA. **Límite Exterior de la Plataforma Continental. Presentación Argentina.** Resumo executivo, SD.

BANDEIRA, Moniz. A Guerra do Chaco. **Revista brasileira de política internacional.** v.41, n.01, pp. 162-197, 1998.

BANDEIRA, Moniz. **Brasil, Argentina e Estados Unidos – Conflito e integração na América do Sul (da Tríplice Aliança ao Mercosul – 1870 - 2003).** 2 ed. Rio de Janeiro: Renavan, 2003.

BEIRED, José Luis Bendicho. “A grande Argentina”: um sonho nacionalista para construção de uma potência na América Latina. **Revista brasileira de história.** São Paulo, v.21, n.42, pp. 303-322, 2001.

BEIRED, José Luis Bendicho. **Sob o signo da nova ordem. Intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945).** São Paulo: Loyola, 1999.

CHILD, Jack. **Geopolitics and conflict in South America. Quarrels among neighbors.** Nova York: Praeger, 1985.

CIRIA, Alberto. **Partidos y poder en la Argentina Moderna (1930-1946).** 3 ed. Buenos Aires: Ediciones de La Flor, 1975.

FÁVARO MARTINS, Marcos Antônio. **Terra e mar no pensamento geopolítico argentino: da disputa hegemônica no cenário doméstico a sua influência sobre a Geopolítica do Brasil.** 2016. 221p. Tese (Tese de doutorado em integração da América Latina), Programa Interunidades em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo.

GARRÉ, Nilda Celia. Presentación – Actualidad del mensaje de Segundo Storni. In:

GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno.** (5ed). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

GUGLIALMELLI, Juan Enrique. **Geopolítica del Cono Sur.** Buenos Aires: Editora El Cid, 1978.



IRAZUSTA, Rodolfo; IRAZUSTA, Julio. **La Argentina y el imperialismo britânico – Los eslabones de una cadena –1806-1933**. Buenos Aires: Ediciones Argentinas “Condór”, 1934.

LACOSTE, Pablo. Argentina, Chile y los Pactos de Mayo (1902). **Revista diplomacia**, Santiago de Chile, n.89, pp. 01-16, 2002.

MAHAN, Alfred Tayer. **Influencia del poder naval en la historia**. Madri: Ministerio de defensa, 2007.

MELLO. Leonel Itaussu. **Argentina e Brasil – A balança de poder no Cone Sul**. São Paulo: Annablume, 1996.

PUIG, Juan Carlos. Las tendencias profundas de la política exterior argentina. **Revista Argentina de Relaciones Internacionales**, 1975, v.01, n. 01, pp. 07-27, 1975.

RAMÍREZ, Gabriela; SANCHEZ, Leandro. La formación del modelo de inserción (1810-1862). In: SIMONOFF, Alejandro (Org.). **La Argentina y el mundo frente al bicentenario de la revolución de mayo – Las relaciones exteriores argentinas desde la secesión de España hasta la actualidad**. La Plata: Editora da Universidad Nacional de La Plata, 2010. pp. 31- 68.

RIO DE JANEIRO, **Tratado antibélico de no-agresión y de conciliación (pacto Saavedra-Lamas)**, 10 de outubro de 1933.

SANTOS, Norma Breda dos. **Funções das teorias geopolíticas: algumas reflexões críticas sobre o caso argentino**. 1985. 175 p. Dissertação (Dissertação de mestrado em direito). Programa de pós graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SIRKIS, Alfredo. **A Guerra da Argentina**. Rio de Janeiro: Record, 1982.

STORNI, Segundo Rosa. **Intereses argentinos en el mar**. 3ed. Buenos Aires: instituto de publicaciones navales, 1967.

STORNI, Segundo Rosa. **Intereses argentinos en el mar**. 4ed. Buenos Aires: Armada Argentina/ Ministerio de defensa, 2009.